

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES
PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rosemary Aparecida Aquino Fernandes

**INTERAÇÕES ENTRE FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO ANTONIETA DE
BARROS E UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Belo Horizonte
2019

Rosemary Aparecida Aquino Fernandes

INTERAÇÕES ENTRE FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO ANTONIETA DE BARROS E UMA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Coordenação Pedagógica

Orientadora: Juliana Batista dos Reis

Belo Horizonte
2019

F363i Fernandes, Rosemary Aparecida Aquino, 1968-

Interações entre famílias da ocupação Antonieta de Barros e uma Escola Municipal de Educação Infantil [manuscrito] / Rosemary Aparecida Aquino Fernandes. - Belo Horizonte, 2019.

52 f.

Monografia - (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Juliana Batista dos Reis

1. Educação. 2. Análise de interação em educação. 3. Família. 4. Ocupação territorial. 5. Comunidade e escola. 6. Relações humanas. 7. Integração escolar.

I. Título. II. Reis, Juliana Batista dos. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 371.2

Catálogo na Fonte: Biblioteca da FaE/UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO VIGÉSIMO OITAVO TRABALHO FINAL DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, SUJEITOS E PRÁTICA NO COTIDIANO
ESCOLAR

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “Interações entre famílias da ocupação Antonieta de Barros e uma escola municipal de educação infantil”, do(a) aluno(a) Rosemary Aparecida Aquino Fernandes. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Juliana Batista dos Reis (orientador) e Ana Amélia Laborne. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho APROVADO, atribuindo-lhe a nota 95, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Rosemary Fernandes
Rosemary Aparecida Aquino Fernandes

Registro na UFMG: 2018749573

Juliana B. Reis
Juliana Batista dos Reis
Professor(a) Orientador(a)

Ana Amélia Laborne
Ana Amélia Laborne
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Ana Maria de Castro Rocha
Ana Maria de Castro Rocha
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível sem a colaboração e a participação de algumas pessoas importantes que diretamente contribuíram com o seu conhecimento para a concretização da minha pesquisa.

Agradeço a Deus por ser a minha luz e energia que me alimenta, me dando forças para caminhar.

A minha família, pelo incentivo e compreensão pelos momentos que me ausentei, para que eu pudesse cumprir mais esta etapa na minha vida

Agradeço ao meu marido Luís Henrique, que me apoiou em todos os momentos que precisei.

À minha orientadora, Juliana Batista dos Reis, o meu muito obrigada, pela sua orientação científica, apoio permanente e seus sábios conselhos.

A todos os professores que me acompanharam neste um ano e meio de pós-graduação.

Por fim, hoje eu sei que valeu a pena, cada sorriso e todo o cansaço. É uma grande dádiva. Levo comigo a troca do bem mais precioso que obtive com a troca de conhecimento.

A primeira tarefa da educação é ensinar a ver é através dos olhos que as crianças tomam contato com a beleza e o fascínio do mundo. Os olhos têm de ser educados para que nossa alegria aumente. A educação se divide em duas partes: educação das habilidades e educação das sensibilidades. Sem a educação das sensibilidades, todas as habilidades são tolas e sem sentido.

Rubem Alves

RESUMO

Este trabalho tem como tema central as relações entre famílias que moram na Ocupação Antonieta de Barros e uma Escola Municipal de Educação Infantil da cidade de Belo Horizonte/MG. Em 2018, a partir da matrícula de crianças moradoras da ocupação na escola, essas famílias passaram a compor a comunidade escolar. A pesquisa e plano de intervenção tiveram como objetivo conhecer as famílias da ocupação Antonieta de Barros e promover ações que possibilitassem seu efetivo pertencimento à comunidade escolar da EMEI Paraíso. O trabalho desenvolve um breve histórico da Educação infantil e a contextualização do bairro/escola/ocupação. O trabalho foi desenvolvido a partir de recursos de metodologia qualitativa com entrevistas semiestruturadas e observações. Duas mães - Mayra e Ana Júlia - que têm filhos na Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso e que moram na ocupação são personagens centrais do trabalho. Além delas, o gerente do posto de saúde do bairro e quatro professoras da escola foram entrevistadas/o. A pesquisa revelou que as famílias da ocupação vivem um histórico de múltiplas desigualdades sociais. Contudo, as famílias também resistem e lutam por direitos violados. Os resultados da pesquisa e plano de ação demonstram o desenvolvimento de ações que contribuíram com o fortalecimento de laços entre família e escola.

Palavras-chave: Relação, família, escola.

ABSTRACT

This project has as its central theme the relations between families, squatters who occupy a building called Antonieta de Barros "Occupation" and a Municipal School of Children Education in the city of Belo Horizonte / MG. In 2018 from the schoolchildren who are based at the school these squatter families became part of the school community. The research and intervention plan was aimed to get to know the families of the occupation Antonieta de Barros and was also meant to promote actions that would enable their effective belonging to the school community of the school EMEI Paraíso. The work has developed a brief history of the School of Children Education. Establishing the context of the neighbourhood , school and occupation. The project was developed from qualitative methodology resources with semi-structured interviews and analysis. Two mothers, Mayra and Ana Júlia, who have their children at Paraiso Municipal School of Children Education and who are living in the occupation are the central characters of this project. Besides this the manager of the Health Care Centre which is located in the neighbourhood and four teachers from the school were interviewed. The research revealed that squatter families have a history of multiple social inequalities. However families also resist and fight for their rights that have been violated. The research results and following action plan demonstrate the development of actions that contribute to the strengthening of bonds between family and school.

Keywords: Relations, family, school.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EME I- ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

LASEB - LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

DCNEI - DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

ECA - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

BNCC - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

CSP - CONLUTAS CENTRAL SINDICAL E POPULAR

MLP- MOVIMENTO LUTA POPULAR

MGS- MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	1
2- CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA	10
2.1- BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	11
2.2- EMEI PARAISO E AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO	15
3- REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA APROXIMAÇÃO COM AS FAMÍLIAS	20
3.1 - HISTÓRIA DO NOME DA OCUPAÇÃO	26
3.2- A RELAÇÃO DA OCUPAÇÃO ANTONIETA DE BARROS E A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL	27
3.3- A NECESSIDADE EM ESTREITAR A RELAÇÃO ENTRE EMEI E FAMÍLIAS ATENDIDAS.	29
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
5- REFERÊNCIAS.....	35
ANEXOS	37

1- INTRODUÇÃO

Minha formação no Magistério se deu por escolha da minha mãe, mesmo eu não tendo interesse em trabalhar nesta área não tive como escapar, afinal, todas as mulheres da minha família se formavam para exercer esta função por acreditar ser mais fácil o trabalho ou para se preparar para casar. E assim eu respeitei a vontade de minha mãe, aos 16 anos me formei no ensino médio e no ano seguinte comecei a trabalhar com a Educação Infantil em uma escola particular. Foram quatro anos de aprendizagem, mas senti a necessidade de sair e experimentar outra atividade no ramo do comércio. Não deu certo.

Voltei para a área da educação e resolvi investir em meus estudos fazendo cursos. Voltei a dar aula, só que me sentia muito incomodada com o tratamento ofertado às crianças, que para a direção eram apenas vistas como mais uma. Foi quando recebi uma aluna com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDH) que se matriculou no Ensino Fundamental. Ela estava com oito (8) anos e ia cursar o segundo ano, seus pais estavam muito ansiosos para que a adaptação fosse tranquila e que fosse possível obter o rendimento esperado já que ela tinha repetido um ano escolar. O comportamento desta criança chamava muito minha atenção. Mas, sem conhecimento de como lidar com esta situação, pois precisava ajudá-la e a escola não oferecia condições, resolvi estudar. Fiz minha graduação em Pedagogia na PUC-Minas e investi todo o meu tempo em pesquisas. Foi gratificante poder fazer a diferença, mas acreditava ser pouco. Tão logo me formei, retornei meus estudos fazendo o curso de extensão na PUC-Minas em “Educação Especial: Transtorno Global do Desenvolvimento, Deficiência Mental e Dificuldades de Aprendizagem”. E assim foi, escrevi um artigo para uma revista nomeada como Revista Eletrônica, “O caso é O seguinte ...” Coordenação Pedagógica: Coletânea de Estudos de Casos, cujo o nome do artigo é: “Hiperatividade – Conhecer e se conscientizar”¹.

¹Revista eletrônica - “O caso é O seguinte ...” coordenação Pedagógica: coletânea de estudos de casos Coord. Ped., Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 1-204, ago./dez. 2008 - Semestral

E assim fui me envolvendo cada vez mais na educação, mas sempre com o intuito de ajudar crianças que não tinham a atenção que deveriam ter, me sentia responsável em lutar pelos direitos dessas crianças. Fiquei por dez anos trabalhando como professora do Ensino Fundamental I em uma escola particular de Belo Horizonte. Quando recebi uma nova proposta de trabalho me desliguei desta instituição e passei a trabalhar com o Ensino Fundamental, desenvolvi vários projetos entre os anos de 2009 a 2017 com alunos do 1º ano ao 5º ano. Meu trabalho era visto com muito respeito pela direção do Colégio e pela comunidade escolar. A diretora deste Colégio me incentivou a fazer uma Especialização em “Neurociências e Psicanálise Aplicadas à Educação” na Faculdade São Camilo que foi uma experiência muito interessante. Neste mesmo ano eu dava aulas para crianças do 4º e 5º ano, tinha o prazer em trabalhar a escutar. Na turma do 5º ano tinha um aluno que estava descobrindo a sua sexualidade e entre tantos conflitos, confiou a mim para desabafar. Me propus a fazer uma intervenção na turma para resgatar a sua identidade e autonomia. Ajudá-lo a ser reconhecido como um pré-adolescente antes de tudo era o meu objetivo, já que ele era rejeitado entre seus colegas de sala além de ter uma relação conflituosa com o pai, sua referência era a mãe.

Foi então que já estudando no LASEB apresentei a minha crônica “Pulseira de bolinhas” onde conto um pouquinho dessa vivência em minha trajetória profissional:

Pulseira de bolinha

Manhã de abril de 2013, mais um dia como tantos outros em que iniciaria o meu dia no Colégio Paulo Freire junto aos meus alunos do 5º ano. Uma turma que gostava de polemizar tudo o que acontecia em sua volta. Era tão engraçado, mas eu me via em muitas vezes a apagar “incêndio”. Outras vezes eu dava corda para ver o que eles iam aprontar. Entre tantos alunos, sempre tinha aqueles que se faziam presentes o tempo todo, seja por questionar, brigar por seus direitos, ir até a supervisão representar os seus colegas. E sempre eram os mesmos, Ana Luísa era escandalosa, Felipe, muito sentimental, tudo o que acontecia era para atingi-lo, Ana Cecilia, a certinha, representava a turma em tudo e Melissa, que achava que tudo estava bom, mas mexia com os outros às escondidas. Eu era a professora que dividia as disciplinas da sala junto à professora Paola, que por sua vez, para a turma era uma carrasca. Compreendia perfeitamente isso, pois sempre quando tem mais de um professor em sala, os alunos elegem da maneira como eles veem.

Todas as manhãs, recebia os alunos com um sorriso aberto e um abraço, assim começou o nosso laço de cumplicidade. Começava o meu dia ouvindo e tentando solucionar as dúvidas que traziam de casa. Mas, entre uma pausa e outra

eles me procuravam para contar coisas que os incomodavam, me sentia amiga, às vezes mãe e daquela bem protetora. Nosso vínculo de amizade foi crescendo. A nossa rotina era intensa, eu era muito elétrica, minhas ideias borbulhavam para oferecer o melhor para eles. Nos meus horários de intervalo, meus alunos me encontravam com certeza na biblioteca. E eles começaram a me acompanhar. Terminavam o lanche e se enfiavam na biblioteca.

E como toda turma, a nossa não era diferente e como professora tinha o cuidado de caminhar juntos, não deixar ninguém para trás. E quando isso acontecia investigava para saber o porquê. Felipe era um dentre eles que me chamava atenção, tinha muita dificuldade em português. Quando era a hora de produzir texto, parecia que ia morrer, para sair um parágrafo era um custo, uma insegurança tremenda. Seus colegas riam quando fazia a leitura de seus textos e isto dificultava ainda mais para ele se soltar. Entre uma fala e outra consegui que os colegas tivessem respeito por ele e com isso fui conquistando a confiança dele. Na verdade ele era muito sensível e tinha poucos amigos. Sempre que alguém falava, ele achava que era para ele, aí começavam as lamúrias. Eu sempre procurava conversar para esclarecer o ocorrido.

No dia seguinte, Felipe chegou à sala muito alegre, foi até sua carteira colocou sua mochila em cima dela e imediatamente retornou até minha mesa e me perguntou:

__ Professora se eu te der um presente você aceita?

Olhei para ele com um sorriso no rosto e respondi que sim. Ele retornou à sua carteira e no bolso lateral ele tirou uma pulseira de bolinhas e me mostrou. Sem jeito, logo perguntei:

__ Sua mãe sabe disso?

Ele respondeu:

__ Sabe professora, hoje quando ela arrumava para ir ao trabalho eu pedi a pulseira a ela, ela me respondeu que eu poderia pegar, pois não a usaria mais.

Então falei:

__ Se é assim, eu aceito, pode escolher o braço em que você quer colocar.

E assim ele fez. Ele se sentia feliz em me ver usando a pulseira que me ofertou.

No dia seguinte, Felipe não veio à aula, mas quando Arlene a psicóloga da escola chegou a minha sala perguntando por ele, eu aproveitei para falar da pulseira e pedi que entrasse em contato com a mãe para perguntar se ela teria dado a ele. Como resposta a psicóloga Arlene me respondeu:

__ Olha Rose aconteceu uma coisa muito difícil para Felipe, vou deixá-lo contar a você.

Arlene se retirou da porta da nossa sala de aula. E eu fiquei ali pensando mil e uma coisas.

No dia seguinte, Felipe veio, fiquei quieta, não perguntei nada, deixei que ele se aproximasse. Dito e feito, quando os alunos saíram para aula de educação física ele ficou na sala, se aproximou de mim e falou:

___ Professora, ontem quando minha mãe saiu para trabalhar, no caminho meu pai se envolveu em um acidente. Um caminhão passou do lado do carro, minha mãe assustou e colocou a mão para a fora, momento em que o mesmo arrancou a mão dela.

Eu fiquei sem palavras naquele momento, associei a pulseira que me deu com tanto carinho, com o acontecido, sendo que tudo ocorreu no mesmo dia. Passei os dias pensativa e mantinha a pulseira no braço. Felipe passava por momentos difíceis ao lado da mãe. Fazia todo o serviço de casa para ajudar a mãe e ainda tinha as tarefas da escola. Os colegas se solidarizaram a ele para que seus dias fossem amenos.

Os dias foram passando, Felipe foi adquirindo autonomia, os colegas se abraçavam, as confusões foram diminuindo e a turma do 5º ano se tornou a melhor em todos os sentidos não só para a professora coruja, mas para todos. Com o final do ano, a escola como de praxe organizou um culto ecumênico e no final, a aluna Ana Cecília subiu ao palco e pediu a palavra em nome de todos. A direção e supervisão ficaram surpresas. A sua oratória foi dirigida a minha pessoa e fiquei surpresa. Ela conseguiu relatar cada momento dos nossos dias em sala de aula, tirando de uma sacola de plástico um livro que representava o lugar em que eu amava ficar quando não estava em sala de aula, o título do livro “Fala sério professor” de Thalita Rebouças², um livro de crônicas.

Foi nesse momento quando vi que consegui fazer a diferença entre eles, com as minhas brincadeiras, minhas puxadas de orelha, meu sorriso e abraço em cada um deles que nunca podia faltar.³

² **Rebouças, Thalita.** Fala sério professor! 2ª ed. Rio de Janeiro, Rocco **Jovens Leitores**, 2012

³ Essa situação foi lembrada no contexto de Formação do LASEB – Pós-Graduação Especialização lato Sensu em Docência na - Educação Básica 2018/2º semestre - Coordenação pedagógica e Prática do cotidiano Escolar - Disciplina: Cotidiano escolar e prática pedagógica coletiva - Professor: Heli sabino de Oliveira, Maria José Pinto Flores Rosemary Aparecida Aquino Fernandes

O relato dessa situação é forma de me apresentar como educadora. Ao longo da minha trajetória profissional, imaginei momentos como esse que acrescentaram na minha vivência em relação à educação. Quanto mais envolvia com as crianças, mais sentia a necessidade de lutar por uma educação de qualidade, de respeito, e principalmente onde os educandos tivessem a liberdade de se expressar, sem medo de errar, e que as críticas fossem vistas como crescimento e não como punição. Guardei cada momento que passei no ensino fundamental II.

Como estudante, um professor ditador conseguiu com as suas atitudes fazer com que eu me encolhesse a ponto de ter medo de me expressar. O tempo passou e eu me tornei uma pessoa questionadora que faz da sua experiência escolar e profissional um aprendizado pra tornar os momentos de aprendizagem prazerosos.

Segundo Miguel Arroyo:

Os alunos e alunas guardam lembranças de seus tempos vividos. Da escola também. Um recurso que os coletivos docentes têm aproveitado é estudar, pesquisar, estar atentos às lembranças e as vivências do educando. (ARROYO, 2014, p. 82)

O aluno tornou-se o meu foco, nele deposito a minha fonte de energia para me aprimorar, dentro das minhas perspectivas e conhecimentos que venho adquirindo. Não podia estar no meio dessas crianças, cada qual com suas vulnerabilidades e fazer de conta que nada estava acontecendo. Cada vez mais são atribuídas novas exigências e novos desafios às escolas. A instituição escolar não pode ser pensada fora do contexto social, ela reflete o que está acontecendo em sociedade e o que ela faz também reflete na sociedade.

Acredito que o ser humano é o condutor da sua história, principalmente, quando permeado de outras relações humanas. Assim, cabe ao educador conduzir o seu aluno no processo da construção do seu trajeto histórico, onde ele possa se preparar para os acontecimentos que vem ocorrendo na sociedade. Busco exercitar a melhor maneira de sobressair como educadora que se preocupa com a diversidade, as relações entre famílias e escola e acima de tudo com o meio em que vivemos que de certa forma influencia o desenvolvimento das crianças.

A família e a escola são de suma importância durante o processo de formação da criança contribuindo no processo de ensino-aprendizagem. Por isso, acredito na promoção de ações que me levem a trabalhar de forma efetiva para que

os excluídos sejam incluídos e que os desiguais possam ser vistos como iguais, capazes de se desenvolverem tanto quanto qualquer outro ser humano.

Não é fácil conviver com profissionais que colocam barreiras no fazer pedagógico, no convívio com algumas crianças, impossibilitando a aproximação com elas. Ouço repetidamente a mesma fala, que professores não têm formação para lidar com o diferente. Quando falo de incluir, entendo que cabe aos profissionais na área da educação abraçar as famílias que sofrem por não serem acolhidas e acabam trocando de escolas, quando já não estão fora do ambiente educativo formal.

O professor é um dos principais agentes para a construção do conhecimento e pode contribuir de forma significativa na mudança do ensino e ao mesmo tempo compreender e agir para potencializar a relação entre as famílias, a escola e a comunidade.

Em 2018, saí da sala de aula para a função que exerço hoje como vice-diretora. Passar por um processo de eleição, viver várias mudanças na rede até ocorrer a emancipação das UMEIs (que deixaram de ser Unidade Municipal de Educação Infantil para Escola Municipal de Educação Infantil), gerir pessoas e ao mesmo tempo administrar o dinheiro público são tarefas extremamente desafiantes. “Nada é fácil!” É exatamente esta frase que resume os meus dias. Ao atuar como professora tinha uma visão rasa de como funcionava a escola. Lembro-me de situações que eventualmente questionávamos alguma questão junto à gestão e como retorno recebíamos respostas evasivas.

Hoje, meu olhar frente às professoras, pais e funcionários, mudou completamente, e quando eu voltar a lecionar novamente, certamente não serei quem eu era. Observo junto às famílias a necessidade de serem ouvidas e ao mesmo tempo de buscar formas para se envolverem na dinâmica da escola. Faz-se necessário construir uma relação entre o professor e o aluno, onde o professor use a sua sabedoria para despertar o interesse do aluno, com paciência, experimentação e construção coletiva. Para ensinar e aprender o amor tem que estar à frente.

Assim, nós professores, quando nos envolvemos com o ato de ensinar e aprender, quando demonstramos interesse pelos alunos e prazer no que transmitimos podemos transformar. Como professores, temos o poder de encantar e ao mesmo tempo despertar para a aprendizagem de maneira significativa, colocando de lado as dificuldades de assimilar o que é transmitido. Muitas vezes nos deparamos com práticas diversas, alunos com suas individualidades, famílias distantes, outras próximas, além de uma diversidade imensa. Muitas vezes encontramos educadores desmotivados com uma sociedade que cada vez mais desvaloriza a educação e com o saber desvalorizado, a escola e o papel do professor também ficam desprestigiados.

Acredito que ensinar é antes de tudo um ato de amor. Comemoramos cada vitória quando conseguimos incluir todos com respeito, liberdade para expressar e colocar seu ponto de vista. É possível que o professor envolva e incentive seu aluno para o aprendizado, sem fazer da educação uma ação arbitrária.

A vivência do tempo de escola deveria ser a experimentação de todas as promessas acumuladas historicamente no direito à educação. Os direitos se aprendem vivenciando-os. Seria fácil dizer que entre os sonhos e promessas acumuladas no chamado direito universal a educação e as formas correntes de vivenciá-lo nas escolas há distâncias, que em realidade as crianças e adolescentes não vivem o direito à educação, vivenciam apenas as formas correntes em que se traduz nas escolas. (ARROYO, 2014, p. 118)

Sendo assim, a escola não é uma instituição que apenas reproduz, pelo contrário, é um espaço que tem como finalidade problematizar as desigualdades sociais e propiciar ações para a melhoria do convívio de sujeitos diversos e desiguais, viabilizando a todos o respeito e a garantia de seus direitos como cidadãos. E é por isto que apresento alguns questionamentos em minha pesquisa e plano de ação: Qual é a relação família-escola tendo em vista um território de vulnerabilidade social? Como envolver famílias que vivenciam a vulnerabilidade social, a partir de ações para que se sintam pertencentes à Escola Municipal de Educação Infantil? Qual é a função social da escola? Quais os sentidos que as famílias atribuem à escola?

A partir da minha experiência como atual vice-diretora de uma escola de educação infantil que recebeu crianças moradoras de uma ocupação, o presente

trabalho tem como objetivo conhecer as famílias da ocupação Antonieta de Barros e promover ações que possibilitem que elas se sintam pertencentes à comunidade escolar da EMEI Paraíso⁴. Assim, para a pesquisa e intervenções, destaco especificamente duas famílias que moram na ocupação e que a partir do ano de 2018 começaram a fazer parte da nossa comunidade escolar. Com o desenvolvimento da especialização no LASEB, vi nossa curiosidade instigada por conhecer um pouco sobre tais famílias e observar diversas realidades da comunidade que estão inseridas no entorno da EMEI Paraíso.

Cada vez mais é notório que a educação contribui de forma significativa no comportamento do indivíduo, modificando a sua forma de pensar e agir. A partir da educação, as pessoas tornam-se instrumentos capazes de transformar o outro tanto socialmente como culturalmente. Carlos Rodrigues Brandão (2004) ressalta que a educação acontece em diversos espaços e que ninguém tem como escapar dela. O ser humano vive momentos em que aprende, outros em que ensina e assim todas as educações se misturam, não existe uma receita para se educar, assim como também o professor não é o único profissional que ensina. Parto dessa concepção para a aproximação com essas famílias da ocupação, que mesmo não escolarizadas, têm muito que nos ensinar sobre seus modos de vida e resistência.

Desse ponto de vista, cito Miguel Arroyo (2014) que compreende que grupos e povos socialmente marginalizados têm suas pedagogias e modos de conhecer.

Há um ponto em que os coletivos populares em movimentos destacam ao afirmar-se sujeitos de processos pedagógicos: que na história foram vítimas de ocultamentos, inferiorizações até de sua sofrida história de afirmação, de seus saberes, culturas, identidades. De suas pedagogias. Ignorar esses povos e suas pedagogias representa uma lacuna intencional nas narrativas da história das ideias e práticas pedagógicas. Qual a intenção dessas ignorâncias? Perpetuar uma das funções da autoindentidade das teorias pedagógicas hegemônicas: ignorar os saberes, valores, culturas, modo de pensar e de se afirmar e humanizar, dos povos colonizados, dos trabalhadores para, reafirmando sua inferiorização, afirmar a função da pedagogia de trazê-los para a cultura e o conhecimento legítimos, para a civilização e a maioria. Reconhecer que esses povos têm Outras Pedagogias produtoras de saberes, de modos de pensar, de se libertar e

⁴ Para privilegiar o anonimato da escola e sujeitos, os nomes são fictícios.

humanizar desestabilizaria a própria autoindentidade da pedagogia hegemônica. (ARROYO, 2014, p. 30)

Já que há múltiplos saberes e experiências, a escola necessita dialogar com as mães, pais e/ou responsáveis sobre o conceito plural de família, e os múltiplos significados de família para diferentes grupos. Esse debate pode revelar a importância da família frente aos novos arranjos da vida moderna. As famílias não têm somente a responsabilidade de encaminhar seu filho para a escola. As famílias são mais um espaço educativo que orienta condutas e dá parâmetros sobre como lidar com o outro. A família - como espaço educativo - deveria caminhar junto com a escola.

Esse trabalho de conclusão de curso congrega uma experiência de pesquisa e ao mesmo tempo, ações de intervenção que envolve as relações família e escola, buscando conhecer as famílias moradoras de uma ocupação a partir de entrevistas, aproximando olhares sobre as condições de vida na ocupação. Buscamos também promover ações para que essas famílias participem de atividades dentro da escola e colaborar para a conscientização da comunidade escolar sobre a importância do processo da construção dos múltiplos saberes juntamente com a escola.

Portanto, acreditamos que a educação tem como finalidade desenvolver múltiplas aprendizagens nos seres humanos, a partir de práticas cotidianamente reinventadas para que todos possam estar incluídos e colaborar com mudanças que transformem a sociedade em um espaço de convívio democrático. Segundo Arroyo (2010), ignorar os coletivos vítimas das desigualdades e vê-los apenas como destinatários das políticas termina empobrecendo a visão do Estado e as construções de suas políticas e instituições. Cabe ressaltar que os coletivos que vivem em situação de desigualdade devem ser vistos como pessoas que precisam ter acesso ao mundo institucional que os rodeia, levando-os a participar de forma efetiva para que possam obter melhores condições de vida e assim fazer parte de uma sociedade com direitos igualitários.

Este trabalho está dividido em três capítulos. Além dessa introdução em que apresentei meu memorial, minhas inquietações e objetivos com a pesquisa e intervenção, no capítulo 2 apresento reflexões sobre o conceito da infância e a

importância da criança como sujeito, destaco também o histórico da Educação infantil e a contextualização do bairro/escola/ocupação. No terceiro capítulo, abordaremos as reflexões teórico-metodológicas junto à apresentação dos dados. Usamos a metodologia qualitativa com entrevistas semiestruturadas, entrevistando duas mães, Mayra e Ana Júlia⁵ que têm filhos na Escola Municipal de Educação Infantil e que moram na ocupação. Além disso, o gerente do posto de saúde do bairro e quatro professoras da Escola foram entrevistadas/o. Nesse capítulo também apresento a história que deu o nome da ocupação já que ela é significativa para compreender o contexto de luta das famílias moradoras da ocupação. As considerações finais sintetizam comentários sobre a pesquisa desenvolvida e as considerações a respeito do trabalho realizado, enfatizando os resultados alcançados.

⁵ Para privilegiar o anonimato das pesquisadas, os nomes são fictícios.

2 - CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E DE CRIANÇA

A infância é o período inicial da construção da identidade, quando se reconhece a criança como sujeito histórico e de direitos. É na infância que a criança aprende as regras, os valores morais e se desenvolve de acordo com os estímulos que recebe no meio em que vive. Para Peloso (2013), é necessário criar espaços para que as crianças desenvolvam sua autonomia e se reconheçam como sujeitos:

se as crianças forem reconhecidas a partir de seu processo de relação com o mundo, com elas e com as outras pessoas, também poderão compreender-se como pessoas em relação com o mundo, no mundo e com as outras pessoas e partir para a busca de subsídios para exercer sua curiosidade e sua autonomia (PELOSO,2013)

O conceito de criança é em todos os documentos normativos da educação. Criança é um ser que está em processo de formação e precisa receber educação e cuidados para que possa se desenvolver plenamente.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil - DCNEI, Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB) nº. 5/2009, em seu artigo 4º, define a criança como:

Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p. 1).

Assim sendo, a criança é um ser que, nas interações sociais, compreende o mundo que a cerca, construindo a sua identidade, bem como reconhece o outro. Isto é, à maneira que interage com o âmbito social, ela desenvolve sua individualidade e o senso de coletividade.

Na infância, as práticas intencionais de escolarização deveriam privilegiar a organização e proposição de experiências que permitam às crianças o conhecimento de si mesmas e do outro, compreendendo as relações naturais, culturais, sociais e científicas. Portanto, a prática pedagógica planejada dentro

dessa ótica ocupa-se em reorganizar os tempos, os espaços e as situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças atendidas pelas escolas.

Logo, ainda que a criança não esteja completamente desenvolvida, é preciso considerá-la sujeito de direitos, portanto, sua participação e individualidade devem ser respeitadas, para que possa aprender interagir com o meio em que vive. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 13.257/16, em seu Parágrafo único:

A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil (BRASIL, 2016).

Portanto, a criança é um cidadão que possui direitos fundamentais com o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e à dignidade, para o pleno desenvolvimento de sua personalidade, sendo estes resguardados pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN,1996).

2.1-BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

No Brasil, até a década de 1980, a Educação Infantil (EI) era considerada uma etapa independente da educação formal, sendo compreendida por uma ótica assistencialista-filantrópica voltada apenas ao cuidado das crianças de zero a seis anos de idade. Segundo Mendonça, não havia a formação de mão de obra qualificada para a Educação Infantil, sendo muitas vezes formada por voluntários, pois a primeira etapa da educação era vista apenas como um espaço de vivência e de cuidados, não havendo o requisito de uma formação específica (MENDONÇA, 2012).

Com a Constituição Federal de 1988, as creches e pré-escolas tornam-se dever do Estado, como define o Artigo 208, inciso IV do documento, no qual a

Educação Infantil passa a ser ofertada gratuitamente através de creches e pré-escolas para crianças de até seis anos de idade.

Posteriormente, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Lei n. 9.394/96, traz à tona uma nova dinâmica ao sistema educacional brasileiro, definindo a Educação Infantil como parte integrante da Educação Básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança nos âmbitos físico, psicológico, intelectual e social, de forma coletiva com a família e a comunidade.

Em 2006, uma modificação introduzida na LDBEN antecipou o acesso ao Ensino Fundamental para os seis anos de idade, passando a Educação Infantil a ser ofertada para crianças de zero a cinco anos.

Embora, já reconhecida como dever do Estado e direito das crianças, a Educação Infantil passa a ser obrigatória para crianças a partir de quatro anos de idade apenas com a Emenda Constitucional n. 59/2009, que define a Educação Básica como obrigatória e gratuita. Na LDB, em 2013, há reafirmação da obrigatoriedade da matrícula de crianças de quatro anos a cinco anos nas instituições de Educação Infantil.

No atual documento normativo da educação brasileira, aprovado em 2017, com previsão de ser implantado até o ano de 2020, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Educação Infantil/Ensino Fundamental prossegue e reforça com a inclusão histórica de integração da Educação Infantil como pertencente à Educação Básica.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), a Educação Infantil é compreendida como primeira etapa da Educação Básica, é o início fundante do processo de escolarização, responsável por acolher crianças de zero a cinco anos em espaço não doméstico, oferecendo condições e recursos para que usufruam seus direitos civis, humanos e sociais:

- Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;
- Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
- Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
- Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a

bens culturais e às possibilidades de vivência da infância; 9 Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (Brasil, 2010.p.17.)

Com o amparo da legislação brasileira voltada à Educação Infantil, busca-se consolidar a função social da etapa que compreende o educar e o cuidar, em sua inseparabilidade, no processo educativo. Nesse contexto, as instituições que ofertam tal etapa têm como dever acolher as vivências e os conhecimentos prévios das crianças obtidos por meio da educação informal construída nos ambientes da família e da comunidade. Desse modo, as propostas pedagógicas das creches e pré-escolas devem, conjuntamente à educação familiar, visar a potencialização das aprendizagens e do desenvolvimento das crianças, para alcançar a ampliação das experiências, dos conhecimentos e das habilidades dos educandos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI, em seu Artigo 9º, estabelecem como os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica as interações e a brincadeira, visando construção e apropriação de conhecimentos. A interação durante a brincadeira caracteriza o cotidiano da infância, o que possibilita alcançar aprendizagens, bem como potenciais para o desenvolvimento e a socialização.

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, e garantir experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;

II -favoreçam a imersão das crianças nas diferentes linguagens e o progressivo domínio por elas de vários gêneros e formas de expressão: gestual, verbal, plástica, dramática e musical;

III-possibilitem às crianças experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita, e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos;

IV-criem, em contextos significativos para as crianças, relações quantitativas, medidas, formas e orientações espaço temporais;

V -ampliem a confiança e a participação;

VI-possibilitem situações de aprendizagem mediadas para a elaboração da autonomia das crianças nas ações de cuidado pessoal, auto-organização, saúde e bem-estar;

VII-possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e reconhecimento da diversidade;

VIII- incentivem a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;

IX-promovam o relacionamento e a interação das crianças com diversificadas manifestações de música, artes plásticas e gráficas, cinema, fotografia, dança, teatro, poesia e literatura;

X-promovam a interação, o cuidado, a preservação e o conhecimento da biodiversidade e da sustentabilidade da vida na Terra, assim como o não desperdício dos recursos naturais;

XI - propiciem a interação e o conhecimento pelas crianças das manifestações e tradições culturais brasileiras;

XII-possibilitem a utilização de gravadores, projetores, computadores, máquinas fotográficas, e outros recursos tecnológicos e midiáticos.

Parágrafo único - As creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências (BRASIL, 2010, p. 25 - 27).

Na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a Educação Infantil está estruturada em cinco *campos de experiências* que constituem um arranjo curricular pautado em situações e experiências da vida cotidiana das crianças e seus saberes, para o desenvolvimento de conhecimentos fundamentais a serem propiciados a elas. Os campos de experiências a serem trabalhados, segundo a BNCC para a EI, são:

- O eu, o outro e o nós;
- Corpo, gestos e movimentos;
- Traços, sons, cores e formas;
- Escuta, fala, pensamento e imaginação;
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

Sempre pautados na interação e na brincadeira como eixos estruturantes, tais campos de experiências variam para atender às especificidades dos diferentes grupos etários, dos diferentes ritmos de aprendizagem e de desenvolvimento a serem considerados na prática pedagógica.

Dessa forma, nos eixos estruturantes das práticas pedagógicas e nas *competências gerais* da Educação Básica propostas pela Base Nacional Comum Curricular

(BNCC), encontram-se seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: “o de conviver, o de brincar, o de participar, o de explorar, o de expressar e o de conhecer-se”. (BRASIL, 2009, p.40) Tais princípios visam assegurar as condições necessárias para que as crianças aprendam em situações nas quais possam ser os sujeitos ativos dos processos educativos, de modo a construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

A Educação Infantil, como fundamento do processo educacional, deve propiciar ao cotidiano da infância diversas aprendizagens para o desenvolvimento integral das crianças. Apesar de compreender uma etapa da Educação Básica com finalidade própria, há uma atenção com a transição entre a Educação Infantil (EI) e o Ensino Fundamental (EF), preocupando-se com a formação sólida das aprendizagens que serão integradas e aprofundadas no Ensino Fundamental. No próximo item, apresento a Escola Municipal de Educação Infantil que centralizou o desenvolvimento dessa pesquisa e intervenções.

2.2 – EMEI PARAÍSO E AS FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO

A escola Municipal de Educação Infantil Paraíso faz parte de uma comunidade escolar que se apresenta por uma diversidade de realidades territoriais, sociais, econômicas e culturais. Diante dessa diversidade social há um grupo que vivencia mais fortemente as desigualdades social e econômica. Como já argumentamos, a educação é vista como um meio que contribui para modificar o comportamento e ideias dos sujeitos, e até mesmo, como um instrumento que nos leva a formar uma sociedade mais justa e democrática. Carlos Rodrigues Brandão (2004) destaca que como a educação acontece em diversos espaços, ninguém tem como escapar dela. O ser humano vive momentos em que aprende, outros, em que ensina e assim todas as relações educativas coexistem. Não existe uma receita para se educar, assim como também o professor não é o único profissional que ensina. Os processos educativos estão presentes em diversos espaços e em diversas culturas. Ao mesmo tempo em que a educação pode acontecer de forma espontânea, ela também pode ser imposta a uma sociedade ou determinados grupos para disseminar ideologias e modos de vida.

A finalidade da educação escolar é desenvolver a aprendizagem nos seres humanos, e deve ser uma prática permanente, sendo assim ela precisa ser reinventada onde todos possam estar incluídos. No cotidiano escolar, sabemos que eventualmente há sujeitos que estão fora da escola. A exclusão escolar ainda é aspecto considerável na realidade brasileira.

No decorrer do ano de 2018, a escola Municipal de Educação Infantil Paraíso recebeu crianças de famílias moradoras de uma ocupação vertical. Tomamos como referência para a pesquisa as mães Mayra e Ana Júlia. A primeira tem uma filha de três (3) anos e a segunda, duas filhas de quatro (4) e cinco (5) anos matriculadas por medida compulsória. Nesse sentido Mayrce, gerente de Coordenação da Educação Infantil da Prefeitura de Belo Horizonte indica a matrícula para crianças com deficiência ou sob medida de proteção é compulsória.

Sob medida de proteção são crianças que são exploradas na mendicância, no trabalho infantil, abusadas sexualmente, abrigadas, filhos de adolescentes infratores que cumprem medida socioeducativa, filhos de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual e crianças que correm risco de morte⁶.

Em conversa com Victor, gerente do posto de saúde do bairro, foi possível compreender como se deu o primeiro contato com essas famílias.

A assistente social foi fez visita também, depois começamos a marcar, avaliação das crianças aqui, fomos identificando. As crianças que não tinham, não estavam estudando, a gente fez a solicitação pra educação, né, educação infantil de interação de vaga compulsória, devida a gravidade do caso e eles liberaram todas as vagas para a gente.

Como dito, essas famílias inseridas em nossa escola fazem parte de uma ocupação vertical. A ocupação comporta 16 famílias com um total de 100 pessoas que se instalaram em um prédio abandonado no bairro, sem condições necessárias como: ausência da coleta de lixo, presença de animais peçonhentos, roedores, além

⁶ A fala está disponível em

https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/2016/09/12/internas_educacao,803035/cresce-procura-de-familias-de-classe-media-por-vagas-em-umeis-de-bh.shtml

de pragas. Tais elementos indicam a ausência de condições básicas e dignas de vida para qualquer indivíduo.

Segundo Mayra, quando ela chegou para essa ocupação o esgoto era céu aberto e estavam limpando o local. Ela relata que dormia junto a seus filhos com a cabeça tampada por causa dos mosquitos, a comida tinha que ser preparada e guardar ainda quente dentro da geladeira.

Victor assim descreveu o início da ocupação:

Ali é uma invasão, que um prédio da Construtora Dínamo que foi abandonado durante a construção. A Dínamo decretou falência, então o prédio ficou parado vários anos. Hoje lá deve ter umas 15 a 20 famílias lá com várias crianças. Este imóvel a gente monitora de 15 em 15 dias. Foi feito retirada de lixo, se não me engano devo ter retirado de lá uns 9 a 10 caminhões de lixo. Antigamente era terrível, tinha rato subindo pelas paredes, pulga e escorpião né. Lá principalmente no subsolo, lá traz também tinha um foço, tinha muito lixo. Então assim, esses moradores que estão lá estão super organizados e estão tirando tudo e a gente tá conseguindo junto com eles fazer a limpeza manter limpo né, eles se organizaram lá e estão fazendo os fechamento dos vãos de acesso das varandas dos elevadores e foi até um pedido nosso e é também do corpo de bombeiro, traz risco pra crianças, assim, eles tem feito muitas coisas lá.

É muito interessante perceber como Victor relata a organização do espaço que ocupam e o interesse dessas famílias em manterem o local organizado. Ele destaca a boa relação entre a assistente social e os funcionários do posto de saúde, pois procuram responder positivamente ao que é solicitado. Segundo ele, as famílias são extremamente vulneráveis, todas foram cadastradas no posto de saúde e estão sendo acompanhadas, sempre quando precisam de alguma coisa recorrem à unidade de saúde.

Em contrapartida, a professora Alice pontua como ela via as famílias da ocupação tão logo as crianças foram matriculadas na escola na gestão passada:

Na Cláudia [Vice-diretora de 2017], ano passado eles chegavam sujos e fedorentos na escola assim, de que, até afastavam os coleguinhas né. E esse ano a gente do final do ano pra cá a gente já viu que os meninos estavam indo mais limpos

Ao ingressarem na escola, essas crianças e suas famílias foram acolhidas com todo respeito, mas foram também vistas com um olhar de indagação e estranhamento, fazendo o corpo docente emitir questionamentos sobre o comportamento que as crianças teriam, sobre as suas necessidades, e até mesmo se iriam integrar aos grupos e realizar as atividades propostas. Já entre outras famílias da escola opiniões eram emitidas apressadamente que refletiam ideias de que aquelas pessoas não teriam responsabilidade, não pensam no futuro vivenciam somente o momento para suprir suas necessidades, vivem em um ambiente promíscuo.

Fomos percebendo determinados modos de agir das famílias da ocupação. É muito comum que as mães e crianças permaneçam juntas, na chegada e saída das aulas, numa atitude de solidariedade, companheirismo e proteção. O que para essas famílias é normal, ou seja, esse senso e experiência de cuidado e coletividade, para nós, da comunidade escolar parecia estranho.

Outros comportamentos podem ser vistos como menos habituais aos nossos olhos etnocêntricos. Os adultos trocam de parceiros afetivos com facilidade, por exemplo. É possível perceber o senso de grupo, como se os moradores da ocupação configurassem uma comunidade só deles. Assim, os sujeitos se protegem das outras pessoas e ao mesmo tempo não têm um olhar tão diferenciado para as crianças. Talvez, outra noção de infância faça parte das concepções do grupo, já que as crianças vivenciam experiências que não são exclusivas ao mundo adulto, como a luta pela sobrevivência e as lutas sociais.

É interessante destacar que quando são solicitados a comparecerem no ambiente escolar, as mães nunca comparecem sozinhas. Algumas professoras se envolvem no sentido de fazer o melhor, oportunizando a elas momentos de interação, partilha e aprendizagem. Mas também existem aqueles que os olham com um olhar preconceituoso, pois as famílias e crianças destoam dos demais alunos e familiares que fazem parte da comunidade escolar.

Estas famílias que destacamos como coletivos desiguais (ARROYO, 2010), se mostram agradecidos por estarem na escola, em contrapartida têm dificuldades de cumprir os combinados da sala. Podemos perceber que algumas crianças em

sala de aula se mostraram preconceituosas em relação às crianças da ocupação, em contrapartida algumas crianças da ocupação também se afastam dos seus colegas. Tal situação nos desafia a trabalhar pedagogicamente o encontro e as trocas coletivas entre sujeitos diversos e desiguais.

A professora Viviane comentou como foi a chegada das crianças na escola:

Eu percebi que todos os dois um pouco traumático. Como qualquer outra criança, com, com não queria mesmo deixar a mãe e tal. A Aline [uma das crianças da ocupação] ainda tinha essa ligação tá mais forte, que ela amamentava ainda, então ela chorava muito. E o Emerson [outra criança] também, mas depois assim foi passando um tempinho, um tempo muito curto, eles já começaram a achar que a EMEI era algo bem diferente para eles aí eles já começaram a achar os brinquedos muito legal e começaram a comer muito. Aline começou a comer ela come tudo e queria mais, e a gente ainda tinha que ter esse controle. Aí eu já não sei se é mesmo por causa das questões a questão da própria família de situação financeira ou se é porque a mãe acabou tendo que tirar o ela tem que parar de amamentar. porque foi isso que tava também talvez prejudicando um pouco a adaptação da menina aqui na escola né ela tem refluxo a mãe mandou um copinho e nós tínhamos sempre que tá lembrando esse copinho que parece que a mãe meio esquecia e no mais foi isso que eu percebi mas não adaptação foi demorada não adaptação foi até rápida.

A chegada à escola das crianças de famílias moradoras de uma ocupação nos faz refletir sobre como os coletivos desiguais necessitam ser vistos frente às suas necessidades. Segundo Arroyo (2010) ignorar os coletivos vítimas das desigualdades e vê-los apenas como destinatários das políticas termina empobrecendo a visão do Estado e as ações de suas políticas e instituições. Cabe ressaltar que os mesmos devem ser vistos como pessoas que precisam ter acesso ao mundo que os rodeia, levando-os a participar de forma efetiva para que possam obter melhores condições de vida e assim fazer parte de uma sociedade com direitos e deveres. Esse é um grande desafio para a escola, já que se sabe que ela é um espaço social, muitas vezes, o único ou dos poucos equipamentos públicos de um território que acaba por ser influenciado pelos problemas e ou situações vivenciadas ao seu redor.

Tão logo as crianças começaram a se destacar entre as demais famílias, muitos pais começam a se inteirar destas crianças que passam a conviver com os seus filhos. Segundo a professora Viviane os meninos se enturmaram rapidinho

com as outras crianças, já os pais da turma tiveram dificuldade em conviver com estas famílias e principalmente com a realidade delas. Ela disse: *“Via que era uma criança que tem situação financeira diferente, eu percebi olhares e perguntas”*.

A professora Neli relata que no segundo semestre alguns pais queriam ajudar estas famílias, perguntavam se estavam precisando de alguma coisa, ofereciam de dar calçados ou outras doações. Ela afirmou que alguns pais buscaram formas de contribuir com as famílias, ela relatou: *“ele se propunha até ajudar até de uma forma tímida né porque eu acho que ele ficava sim com medo também deles não aceitarem, não é uma coisa assim né de ficar insistindo para ajudar, mas ofereceu ajuda.”*

No próximo capítulo, apresento aspectos metodológicos para o desenvolvimento da pesquisa e das ações de intervenção com essas famílias.

3- REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA APROXIMAÇÃO COM AS FAMÍLIAS

Conheci a ocupação Antonieta de Barros, o apartamento onde moram as duas mães Mayra e Ana Júlia e um pouco da vida de suas famílias, alguns moradores e as melhorias que esse coletivo vem realizando no prédio ocupado. Portanto, a pesquisa e a intervenção com as famílias foram possíveis em função da realização de encontros, observações e entrevistas. Mayra e Ana Júlia aos poucos foram revelando como pensam e o que esperam alcançar para o futuro. Elas demonstram ter consciência do risco que correm ao ocuparem prédios abandonados, as crianças sempre as acompanham e devido às represálias policiais, as crianças ficam muito assustadas.

No dia 02/04/2018, combinamos de realizar uma visita à ocupação. Foram realizadas duas entrevistas. Entre uma entrevista e outra foi necessário dispor um prazo de três meses. Primeiramente conversei com as famílias para pedir autorização para desenvolver a pesquisa sobre elas no que diz respeito à relação escola e família. Marcamos um encontro com as mães na escola, mesmo sendo um espaço acolhedor, acreditei ser melhor conhecer o meio em que vivem. Acreditava que por não ser um espaço dentro da escola, elas teriam mais liberdade para falar sobre alguns assuntos como: a importância da escola, suas trajetórias escolares, o sustento das famílias, os caminhos percorridos até chegarem ao espaço onde ocupam. Por isso, nesse capítulo apresento algumas reflexões a partir da experiência de maior aproximação, principalmente com essas duas mães e seus relatos e histórias de vida.

O local onde as famílias da ocupação residem é de alta vulnerabilidade social. As mães trabalham com reciclagem, atividade que viabiliza parte do sustento das famílias. Elas lutam para obter direito à moradia. Mayra e Ana Júlia se destacam na ocupação, pois lutam com conhecimento da causa com um histórico de participação em movimentos sociais e ações coletivas. Elas são muito organizadas, cuidam dos afazeres domésticos, levam e buscam as crianças na escola e sempre andam em grupos, elas se protegem conjuntamente das ameaças que podem aparecer.

Mayra tem 35 anos e relatou que mora na ocupação Antonieta de Barros junto com seus filhos. Sua amiga Ana Júlia mora em outro apartamento, na mesma ocupação, com seus filhos. Mayra voltou a estudar juntamente com os grupos que se reúnem informalmente para aprender a melhor maneira de lutar por uma moradia. Ambas participam de movimentos e ações coletivas de luta por moradia digna. Mayra relata que era casada e o pai de seus filhos se envolveu em “coisas erradas” onde moravam e por isso perderam a casa.

A gente teve que sair e eu fui pedida assim face a face para desocupar a casa, na época Ana Júlia estava comigo e isso fez com que acelerasse o nascimento de Guilherme, filho de Ana Júlia, que nasceu prematuro de 7 meses e ela tomou um susto, ele tinha 21 cm. Ali eu perdi a minha casa e fui morar no Barcelona, eu morei num lugar que nem o ônibus subia tinha que subir a pé, ali eu fiquei 8 meses comentei com Ana Júlia que não está gostando mais daquele lugar, os meninos não estavam estudando mais não eu não aguento mais descer e subir. Você desce em vinte minutos mais pra subir demora 1 hora. Fui morar com Ana Júlia numa casa muito apertadinha. Ali naquele lugar eu conheci uma vizinha que comprou a casa dela. Quando o dinheiro chegou na mão dela, ela teve que pagar uns malandros, pagou 4.000,00 reais para desocupar a casa dela que eles estavam morando dentro delas. E o dinheiro não deu para comprar outra casa. Então fui para Santa Cecília, aonde vai todo mundo onde não tem onde morar. As pessoas que tem 5.000,00 na conta, 7.000,00 na conta eles vão parar ali. E eu fui pra ali também caçar uma casa para comprar. Quando cheguei lá o homem me dava cinco nomes. Cada dia dava uma orientação a ela. E eu falei que se fosse da vontade de Deus o dinheiro delas ia parar na mão desse homem.

Mayra, Ana Júlia e seus filhos estão há um ano e meio na ocupação Antonieta de Barros. Logo quando ocuparam o apartamento, o prédio não tinha as condições necessárias que são básicas para qualquer indivíduo. Elas contam que as pessoas jogavam o lixo pelo elevador, inclusive fezes e o esgoto era a céu aberto. Mayra disse: “*O cheiro era insuportável, agora conseguimos arrumar o esgoto e estamos procurando manter o local limpo.*”. Foi através de dona Maria, uma moradora da ocupação, que as famílias chegaram até o posto de saúde da região e em conversa com o Victor, foi possível encaminhar as crianças para a escola.

As mães comentaram que nesse contato, Victor perguntou se tinham crianças na ocupação e dona Maria respondeu que tinha muitas e solicitou “*você poderia ir lá para colocar todas na escola, porque é melhor as crianças na escola*”

do que lá dentro". Então, Victor articulou a inserção das crianças nas escolas da região. As mães reconhecem que Victor é uma pessoa muito prestativa e que "abraçou a ocupação". Segundo Mayra, a prefeitura de Belo Horizonte está reconhecendo as crianças já que foi possível encaminhá-las para a escola por medida compulsória. As mães disseram que não conheciam esta EMEI e lembram que foi o gerente do posto que conseguiu a vaga na escola. Ela disse: *"nos acolheram com muito carinho e de repente foi aparecendo vaga para todos. Gostei muito da escola, cheguei a até chorar de alegria."*

Mayra estudou até o 8º ano e Ana Luiza até o 7º ano do Ensino Fundamental. Na entrevista, Mayra relatou que quando estudava sua mãe "não tinha muito interesse". As entrevistas nos fizeram reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas famílias das ocupações compostas por pessoas de baixa renda, extremamente vulneráveis social e economicamente. Os direitos dessas pessoas são muitas vezes negligenciados pelo poder público. Contudo, legalmente as legislações expressam uma série de direitos que são violados na experiência dessas famílias. Por exemplo, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o artigo nº 53 indica que:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- direito de ser respeitado por seus educadores;
- III- direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV- direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

As experiências relatadas pelas mães expressam a violação desses direitos. Em suas falas, elas relataram situações em que é possível observar que as crianças chegam ao espaço escolar, mas não permanecem, são vítimas de fatores que ocorrem dentro da escola. Há segregação dos mais pobres dentro do espaço escolar e as dificuldades na aprendizagem se intensificam. Nas passagens abaixo,

Mayra e Ana Júlia relatam sobre suas próprias trajetórias escolares, marcadas pela privação do direito à educação:

Ah, tipo assim, na época que eu estudei, a minha mãe, a minha mãe, não tinha muito interesse assim, aquela preocupação que eu tenho com meus filhos tipo assim, se eles tão fazendo, se eles num tão fazendo. Minha mãe num ligava muito pra isso não. Então eu fui aprender a ler eu já tinha 12 anos, quando fui aprender a ler. Na verdade, eu fui expulsa da escola. Troquei de escola. Aí eu estudei os dois primeiros anos sem interesse nenhum em aprender nada. Aí eu lembro que quando eu aprendi a ler, foi assim, uma professora me chamou, e ela fez uma aula só eu e ela. E ali eu aprendi a ler com ela. E eu aprendi a separa as contas e a faze conta com ela também, que eu não sabia não. Eu já tinha 12 anos. E foi ali que eu, eu aprendi, que eu tinha muita dificuldade por eu não saber ler, que elas me dava as folha, elas me dava as folha, que quê tá escrito nessa folha aqui, que eu num sei! Quê que eu vou fazer, né? Então eu tinha muita dificuldade, então quando eu aprendi a lê, eu empolguei. Novamente troquei de escola. Aí a mulher falou que eu não podia estudar lá não por causa que eu tava com a idade avançada e que eu tinha que ir pra noite. A minha mãe disse que de noite ela não vai estudar não. Ela preferia vê eu sem estudar do que deixar eu estudando. Aí o pessoal lá do Augusta Medeiros [nome da escola] passou uma carta pra eles, pedindo sabe, falando sobre mim, e pedindo pra eles que me colocasse lá. Aí eles pegaram pela carta do Augusta Medeiros e me aceitaram de manhã. Eles viram que eu não ia ser uma pessoa de envolvimento, nem de bagunça, eu tinha um interesse muito grande em estudar. Na verdade, minha vontade era de ser uma advogada. Sabe, e pelo fato da minha mãe num ter interesse nenhum em me ajudar em nada eu num consegui alcançar o que eu queria não. Aí eu fui estudando, fui estudando, tomei bomba no sétimo ano, nossa, eu fiquei muito revoltada. Eu tomei bomba em história, isso aí eu nunca mais esqueci, por causa de um ponto.

Já Ana Julia relata:

Eu, eu já entrei atrasada. Entrei atrasada, meu primeiro ano foi no Maria das Graças [nome da escola], estudei lá até o terceiro ano, depois estudei à noite no jardim. Mas minha mãe sempre preocupou muito com nós estudar. Até à noite ela ia me seguindo. Aí depois passei pra sétima aí ei fui e sai mesmo. Eu que quis sair da escola.

Os relatos revelam as conturbadas trajetórias de escolarização de Mayra e Ana Júlia em função da não garantia do direito à educação. Podemos compreender a fala de Mayra que “sua mãe não tinha interesse” como uma pista da ausência de

relações entre famílias e escolas, principalmente quando levamos em conta as vivências de famílias que enfrentam inúmeras desigualdades sociais e econômicas.

Mayra comenta que a comunidade do entorno da ocupação a observa com um olhar diferente, às vezes ajudam, mas não se envolvem efetivamente. Ela relatou que quando a filha chegou à janela do apartamento onde vivem, uma vizinha do prédio da frente falou que chamaria a polícia para ela. Mayra também disse que quando entra no supermercado observa a diferença com que a tratam: *“a moça acha que vai roubar”*. Em outras situações disse que se elas estiverem na porta, as pessoas não passam onde estão ou que as pessoas não as chamam nem para uma festa. As mães comentam que no começo estranhavam tais atitudes, mas, agora não ligam mais.

Um dos significados a perceber é que as marcas de sua condição social, racial, sexual, étnica não as carregam com vergonha, mas com orgulho. As alunas e os alunos nos pedem e exigem que tenhamos um olhar positivo sobre seus corpos, seus traços, seus cabelos que nos mostram com orgulho. Como uma muralha onde se defender e construir sua identidade positiva. Aprenderam nas famílias e nas comunidades a ressignificar a rejeição social experimentada desde a infância. (ARROYO, 2014, p.127).

Mayra e Ana Júlia disseram que acreditam que as pessoas são assim porque não sabem o que é não ter dinheiro, dormir do lado de fora, passar uma noite no frio. Atualmente, os filhos delas estão matriculados na EMEI, totalizando quatro (4) crianças que são filhos delas e outros filhos de outras famílias. Como já relatado, ao ingressarem na escola, foram acolhidas com todo respeito, mas também foram vistas com um olhar de indagação. Ana Júlia disse que chegou a pensar em tirar seus filhos da escola.

O direito à moradia representa muito mais que ter um lugar para morar. Ter uma moradia digna é também oportunidade de recomeçar, conquistar direitos constitucionais e de acesso à dignidade. Nas vivências dessas famílias, entendemos que a participação em movimentos de luta por uma moradia, envolve situações conflituosas e também de risco na medida em que ocupam espaços ociosos. Mas, essa luta que é também um espaço educativo é oportunidade de conquista de acesso a outros direitos, através dos movimentos sociais.

Podemos refletir que ter um lugar para permanecer e desenvolver-se está ligado aos anseios do indivíduo, pois para alcançar as necessidades básicas da vida como relaxar, trabalhar, educar-se, faz-se necessário um lugar fixo e amplamente reconhecido por todos (SOUZA, 2004). Contudo o direito de ter uma moradia digna é um privilégio dos mais favorecidos e não realmente um direito universal garantido pela constituição brasileira. Muitos sujeitos, como Mayra e Ana Júlia participam de uma ocupação urbana perante a dificuldade de acesso a uma moradia pelo caminho institucional diante de todos os pré-requisitos necessários para realizar a compra de um imóvel, a começar pela impossível comprovação de renda, já que são pessoas que estão fora do mercado de trabalho.

As ocupações urbanas são espaços que não se encontram prontos para morar. Os espaços nem sempre são ocupados de forma pacífica, mas sempre são muito bem organizados a partir dos moradores junto aos movimentos sociais. Em geral, esses espaços abandonados pertencem a empresas privadas ou a órgãos públicos. Há ainda casos de proprietários com dívidas de impostos e documentação irregular. Com o espaço ocupado não se traduz em moradia definitiva, grande parte das ocupações termina em dramáticos embates e, muitas vezes, violentas reintegrações de posse acompanhadas pela Polícia Militar. As crianças por sua vez, presenciam todo o enfrentamento ao lado de suas famílias. Observa-se que a trajetória dessas famílias é de muito sofrimento e que as crianças vivenciam tudo.

Mayra nos contou como aconteceu sua iniciação aos movimentos sociais e ações coletivas de luta pela moradia:

Certo dia eu dormia no sofá quando Ana Luiza chega e fala: Acorda Mayra que sua mãe tá falando que tem uma invasão, que nós vamos invadir. Eu respondi: Eu, não, eu num vou pra invasão nenhuma não. Falei com ela. Eu num sabia. Até ali eu num tinha esse conhecimento não, sabe? Que nós tinha participado de uma ocupação. E nós foi em quatro reunião, na verdade eu que abri a ocupação. Eu e meu menino. Meu menino ele já é falecido hoje.

Nessa passagem é possível perceber que os movimentos sociais são um espaço educativo de vivências e aprendizados coletivos, principalmente quando Mayra diz que “até ali eu num tinha esse conhecimento”. O envolvimento com outros sujeitos e grupos viabilizou conhecimentos, como ela diz:

A gente começou a entender que quando a gente represa em muitos a gente vence. No meio da multidão, eu conheci muitas pessoas, ali eu fui estudar, fui aprender o quê que é invadir. Fui em Congonhas, fui em São Paulo. Eu fiz curso pra poder aprender como se faz uma luta. Ah, eu fui com... com o grupo do Conlutas, mas tem mais. Tem o CSP (Central Sindical e Popular), tem grupos de professores também no meio da gente. Tem grupos de médicos. Até inclusive são da UFMG.

Cabe ressaltar que os movimentos procuram construir uma sociedade livre e justa para todos. A forma de viver das ocupações que muitas vezes é hostilizada além de não ser reconhecidas pelo governo torna a trajetória dessas famílias um peso para as famílias além de possibilidades de estigmas na formação das crianças.

Dona Maria, uma companheira de luta de Mayra e Ana Júlia também esteve presente em nossas entrevistas. Nessa fala que destacamos abaixo ela mostra ter consciência das dificuldades enfrentadas na busca de um lugar para morar. Anteriormente ele vivia em uma ocupação em que pagava aluguel para pessoas que controlavam o espaço e que ela classifica como “bandidos”:

E eu morava lá, e eu, eu ficava até meio assim, chateada quando via as coisas acontecendo, e falava aqui não é pra mim não, aqui não dá pra mim fica não. Eu tô pagando aluguel pra bandido, pra ficar fazendo covardia com os outros sô. Então eu saí daqui eu já tava num lugar mais covarde do que aqui, inda vou entrar na covardia de novo? Eu também ia virá bandido igual eles.

O que chama a atenção nestas mulheres e especialmente em Mayra é o conhecimento de luta e onde querem chegar com a participação em movimentos e coletivos. Sobre uma reunião de pais que aconteceu na escola em que a pauta de discussão era a garantia de qualidade educação às crianças da EMEI, Mayra fez uma avaliação sobre os outros pais da escola:

E aqueles pessoal lá, eles precisam aprender de que a luta da gente, não é só porque que tenho a Aline e a Aline [nome da sua filha] tá lá dentro, não. Que a gente pensa é no futuro. E sou de outras lutas. Eu sou da luta do William Rosa [outra ocupação da RMBH], sabe, inclusive, nós vamos daqui a pouco debater lá no centro. Nós vamô lá pra nós, vamos pra porta da assembleia.

O reconhecimento é uma condição de suma importância para os sujeitos em relações sociais. Nessa fala, Mayra foi reconhecida na escola como uma lutadora e conhecedora de formas de buscar direitos. Nesse sentido, Mayra nos relatou que

dentro do movimento social estudou e aprendeu as diferenças entre ocupar e invadir. Como relatado, a relação com outros grupos, inclusive do contexto universitário ampliaram a rede de relações dessas mulheres.

Os movimentos sociais revelam as necessidades de cada pessoa envolvida, mas indicam principalmente que essas demandas não são individuais, mas, coletivas. Ao ouvir essas mulheres percebemos a responsabilidade da escola em acolher estas famílias e proporcionar momentos em que elas se sentissem pertencentes ao espaço e à comunidade escolar. Assim, nosso plano de ação e intervenção busca formas para que seus modos de vida, saberes e culturas sejam reconhecidos pela escola. Antes de refletirmos sobre as relações das famílias da ocupação e a escola, no próximo item, apresentamos brevemente uma descoberta interessante sobre o nome da ocupação.

3.1 - HISTÓRIA DO NOME DA OCUPAÇÃO

“A cor da cultura” é um projeto educativo de valorização da cultura afro-brasileira⁷. O projeto teve seu início em 2004 e desde então tem produzido variados recursos (textos, produções digitais, audiovisuais) sobre a cultura afro-brasileira e personalidades brasileiras negras. Foi a partir desse projeto que descobrimos a personagem Antonieta de Barros que dá nome à ocupação vertical onde as famílias vivem.

Antonieta de Barros nasceu em Florianópolis, Santa Catarina, em 11 de julho de 1901. De família muito pobre, ainda criança ficou órfã de pai, sendo criada pela mãe. Ingressou com 17 anos na Escola Normal Catarinense, concluindo o curso em 1921. Em 1922, a normalista fundou o Curso Particular Antonieta de Barros, voltado para alfabetização da população carente. O curso foi dirigido por ela até sua morte e fechado em 1964. Professora de Português e Literatura, Antonieta exerceu o magistério durante toda a sua vida, inclusive em cargos de direção. Foi professora do atual Instituto de Educação entre os anos de 1933 e 1951, assumindo sua direção de 1944 a 1951, quando se aposentou. Antonieta de Barros notabilizou-se por ter sido a primeira deputada estadual negra do país e primeira deputada mulher do estado de Santa Catarina. Eleita em 1934 pelo Partido Liberal Catarinense, foi constituinte em 1935, cabendo-lhe relatar os capítulos Educação e Cultura e Funcionalismo. Atuou na assembleia legislativa catarinense até 1937, quando teve início a ditadura do Estado Novo. Com o fim do regime ditatorial, ela se candidatou

⁷ O projeto é fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobras, o Cidan - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, o MEC, a Fundação Palmares, a TV Globo e a Seppir - Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial.

pelo Partido Social Democrático e foi eleita novamente em 1947, desta vez como suplente. Na ocasião, continuou lutando pela valorização do magistério: exigiu concurso para o provimento dos cargos do magistério, sugeriu formas de escolhas de diretoras e defendeu a concessão de bolsas para cursos superiores a alunos carentes. Além da militância política, Antonieta participou ativamente da vida cultural de seu estado. Fundou e dirigiu o jornal A Semana entre os anos de 1922 e 1927. Neste período, por meio de suas crônicas, ela veiculava suas ideias, principalmente aquelas ligadas às questões da educação, dos desmandos políticos, da condição feminina e do preconceito racial. Dirigiu também a revista quinzenal Vida Ilhoa, em 1930, e escreveu vários artigos para jornais locais. Com o pseudônimo de Maria da Ilha, ela escreveria o livro Farrapos de Ideias, em 1937. Ao longo de sua vida, Antonieta atuou como professora, jornalista e escritora. Como tal, destacou-se, entre outros aspectos, pela coragem de expressar suas ideias dentro de um contexto histórico que não permitia às mulheres a livre expressão; por ter conquistado um espaço na imprensa e por meio dele opinar sobre as mais diversas questões; e principalmente por ter lutado pelos menos favorecidos, visando sempre a educação da população mais carente. Antonieta faleceu no dia 18 de março de 1952. (Disponível em: <http://antigo.acordacultura.org.br/herois/herois/antonietaebarros>)

É significativo perceber como essa personalidade brasileira e sua história tem forte relação com as identidades das famílias moradoras da ocupação. Uma mulher negra que enfrentou o racismo e lutou pela educação.

3.2 - A RELAÇÃO DA OCUPAÇÃO ANTONIETA DE BARROS E A ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nesse tópico, apresento uma ação que propiciou relações mais fortes entre a escola e as famílias da ocupação. Durante a Semana Nacional da Educação Infantil, em 20 de agosto de 2018, realizamos o “Dia de Dengos e Cafunés” que foi também uma homenagem ao Centenário de Nelson Mandela. Com essa ação pretendíamos construir estratégias de ação para articular aproximações das famílias e a escola. Por isso, o Dia de Dengos e Cafunés foi uma ação de mobilização, desenvolvida junto com a comunidade escolar.

Para que fosse possível envolver as famílias estendemos o convite a toda comunidade escolar e foi aberto um espaço para as famílias se inscreverem para realizar oficinas e as crianças seriam as participantes. Inscreveram-se várias famílias que tinham habilidades com a culinária e alimentação saudável e tivemos outras oficinas com brincadeiras diversas. Mayra e Ana Júlia foram convidadas pela escola a participar desde momento realizando uma oficina de tranças e penteados.

Já sabíamos da habilidade delas com cabelos e essa foi uma forma de reconhecer seus saberes. Sobre as relações com as mães da ocupação, a professora Viviane disse:

Foi um ano de muito aprendizado tanto para nós quanto para elas também. Acho que a gente teria que fazer para ter um momento da delas vim fazer tranças nas crianças fazer penteados para criar mais momentos como esse. Essas atividades elas se sentem mais incluídas... que os pais iam passar aí está vendo não olha nem ela vieram contribuir que bacana. Aí elas têm sim, elas iam se sentir que elas fizeram alguma coisa que foi bacana porque só fazer... E aí não temos nada só entre a gente.

Foi principalmente a partir do “Dia do dengo e cafuné” que observei com mais sensibilidade estas famílias e suas relações com o espaço escolar. Começamos a organizar as próximas ações. Comecei então a organizar as minhas próximas ações, me dirigi até a secretária, busquei junto à secretária o nome das mães, das crianças, quantas crianças faziam parte desta ocupação, as professoras que acolheram essas crianças.

Me reuni com as professoras a fim de coletar impressões e dados sobre as crianças que moram na ocupação. Gostaria de compreender como elas percebem o relacionamento entre as outras crianças, e a importância da escola e da família em suas vidas, seus medos, seus sonhos e expectativas de futuro. A professora Paula relatou:

a gente ficou pensando assim qual que seria a realidade de dentro de sala de aula. A gente também tem que falar que a gente também ficou apreensiva. Fica assim que todo mundo tá aí vai dar um choque de realidade.

É possível perceber a partir da fala da professora que a chegada das crianças da ocupação trouxe uma apreensão inicial também entre as educadoras. Mas, aos poucos as docentes foram observando que era mais fácil lidar com estas famílias, e que as crianças se mostravam autônomas nas realizações de suas tarefas. A comunidade escolar a dar atenção especial a estas famílias. Algumas pessoas que frequentam a igreja católica apadrinharam algumas crianças para dar assistência

de acordo com o possível, inclusive oferecendo cesta básica. Nas relações com a escola percebemos que essas famílias participam de tudo que é proposto, seguem todas as orientações e se mostram preocupadas com o futuro de seus filhos.

Afinal, como a escola poderia contribuir com experiências significativas e positivas no cotidiano de resistências destas famílias?

Criamos um cronograma dos encontros com as famílias da ocupação, totalizando oito encontros, no segundo semestre do ano de 2018, acolhemos os pais da EMEI Paraíso deixando todos à vontade para a participação, visto que todo o trabalho foi baseado no diálogo, na coleta de impressões e nas intervenções dos participantes.

Acreditamos que a parceria entre família e escola é fundamental para o desenvolvimento das crianças. Uma criança se sente segura para conhecer pessoas, ter novas experiências, se desenvolver quando vê que sua família confia e tem boa relação com a escola. As famílias se sentem seguras em deixar suas crianças em uma escola que saiba acolher tanto os pequenos como seus responsáveis. E as professoras/escola se sentirão mais valorizados e seguros em desenvolver os projetos e atividades planejadas.

Por isso, pautamos que a relação deve ser de compartilhamento, de parceria e apoio entre família e escola. Na educação infantil, essa relação se aprofunda ainda mais, pois as crianças são muito pequenas sendo necessária a intervenção das famílias no processo de aprendizagem.

3.3 - A NECESSIDADE EM ESTREITAR A RELAÇÃO ENTRE EMEI E FAMÍLIAS

Nesse tópico discutimos como o grupo de famílias na relação com a escola tem buscado formas de lutar por demandas da educação infantil. Mayra e Ana Luiza são mães que participam dessas discussões.

No final de fevereiro de 2019, a escola recebeu uma visita de uma diretora da SMED para mudar o atendimento da EMEI. A proposta era enturmar algumas crianças com idades próximas e assim tornar estas salas flexíveis. Na mesma semana aconteceu uma plenária do Conselho Municipal de Educação e levamos a demanda para o CME intervir. Havia mais alguns representantes de famílias e uma

professora de outra escola com as mesmas demandas. Ficou marcada uma plenária exclusiva para a educação infantil no mês de março. No dia seguinte à plenária de fevereiro, dia de assembleia escolar da EMEI Paraiso, as ordens foram suspensas. Explicamos para as famílias presentes o ocorrido e fizemos o convite para organizarmos um grupo de mães e pais que pudesse discutir questões importantes da educação infantil na cidade, mas primeiramente resolver a situação que nos encontrávamos.

Formamos um grupo de WhatsApp que tem a participação de 56 pessoas, entre professoras e responsáveis, para organizarmos encontros e discussões. Realizamos a primeira reunião com as famílias em 18 de março, após o horário de aula e tivemos a presença de 12 famílias e 5 professoras. Apresentamos a situação para as famílias, discutimos e levantamos outras demandas para serem apresentadas na plenária do CME do mês de março. Nossas demandas eram:

- Horário de atendimento de 7:30h h às 17h para o integral e de 7:30h às 11:30h para parcial da manhã e 13h às 17h para parcial da tarde. Solicitamos o retorno do horário de 7h às 17:30h para o integral e de 7h às 11:30h para manhã e de 13h às 17:30h para turno da tarde.
- Demanda por auxiliares de apoio ao educando que acompanham turma e os alunos com deficiência.
- Discutir que com a entrada da empresa MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A - no atendimento à educação, houve uma mistura entre as funções das auxiliares. Os cargos passaram a ter o mesmo nome e a exigir as mesmas funções. Uma turma parcial de 1/2 anos, ou uma turma parcial de 2/3 anos, a auxiliar que acompanha a turma tem que dar conta de acompanhar também a criança de inclusão. Não é permitido que a criança tenha uma auxiliar exclusiva, como a lei garante. (CME 001/2015. art. 7º parágrafo 3º). Atualmente, a escola está com falta de auxiliares e a MGS não repõe quando retira alguma ou quando tem licença.
- Discutir as salas ociosas por falta de disponibilização das vagas para atendimento da livre demanda. Temos uma (1) sala ociosa no período da manhã e uma (1) sala ociosa no período da tarde.

- A SMED tentou impor o agrupamento flexível para todas as turmas da EMEI, até mesmo entre ciclos. O agrupamento flexível é possível, em casos de excepcionalidade, e não regra, como está sendo imposto pela SMED. A enturmação flexível precisa de um olhar mais cuidadoso da professora e da coordenação, e se for realizada em todas as turmas da escola não será possível essa atenção.
- A MGS não atende a escola em suas necessidades, quando solicita substituições dificilmente tem outro funcionário para substituir o que se ausentou.
- Houve mudanças do horário de trabalho dos funcionários e redução de funcionários em todos os setores como porteiros, limpeza e cantina, o que atrapalha o funcionamento das escolas;

No dia da plenária, dia 28 de março estavam presentes 5 responsáveis e 2 professoras da EMEI, e no CME ainda tinham outras professoras e famílias de outras EMEIs. A EMEI Paraíso estava com maior número de representantes, o que chamou a atenção de todos. Após a exposição das demandas dos cidadãos presentes, a representante da SMED se pronunciou explicando cada situação, dizendo que a SMED não estaria fora da lei, e de imediato ficou definido uma comissão entre os conselheiros para junto com SMED realizar uma avaliação nas EMEIS sobre o horário de atendimento e assim, avaliar a possibilidade de modificar o horário ou manter este atual. O prazo para o retorno dessa demanda seria de dois meses, por isso, teríamos um retorno para a plenária do mês de maio.

Realizamos novas reuniões com as famílias e professoras para repassar informes da plenária. Definimos com o grupo presente um dia fixo para as reuniões, marcadas para toda última terça-feira do mês, às 18h. Ficou definido que faríamos uma carta para o CME cobrando as demandas se não houvesse nenhum retorno. Também ficou combinado que seria produzido um informe sobre as demandas para ser distribuído por WhatsApp para as famílias da EMEI. Logo após o feriado da Páscoa distribuimos o informativo para as famílias e para a cidade. Tivemos um bom retorno de outras escolas e grupos. A DIRE-P – (Diretoria regional de educação da Pampulha) se colocou à disposição para nos receber e escutar as demandas do nosso grupo.

Diante da demanda da EMEI, solicitamos uma reunião na DIRE-P, que ocorreu no dia 03/05/2019. Contamos com a presença dos representantes do grupo de mães, pais e professoras. Também estavam presentes a diretora e a Vice-diretora, além das representantes da diretoria de educação infantil da SMED. Conversamos sobre situação econômica do país, proteção social da criança, alimentação, atendimento às demandas da educação infantil na cidade de Belo Horizonte. As famílias argumentavam que o ideal seria o atendimento em tempo integral.

Nessa reunião, as famílias questionaram qual preço terão que pagar para a inclusão de todas as crianças sem pensar na qualidade da educação que está sendo oferecida. As famílias também questionaram esse desenvolvimento acelerado das crianças de enturmação flexível, relataram as demandas que já levamos para o CME e que estão sendo discutidas em toda a cidade, e que nosso grupo está a par de toda essa discussão. Não estamos pensando apenas em resolver os problemas pontuais da EMEI, mas de qualificar, retomar a qualidade da educação infantil de BH que é tão conhecida.

O breve relato das lutas desse grupo de mães, pais e professoras da EMEI revelam como as relações família e escola se intensificaram nos últimos meses. A presença de Mayra e Ana Júlia potencializaram nossas formas de luta e as famílias da ocupação passaram a ser reconhecidas por seus saberes em busca de direitos, também entre a comunidade escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi realizada com o objetivo de conhecer as famílias da ocupação Antonieta de Barros e promover ações que possibilitem que elas se sintam pertencentes à comunidade escolar da EMEI Paraíso. Foram levantadas questões importantes que ajudaram a compreender o modo de viver dessas famílias. Ao longo de nossas aproximações, nos relatos de Mayra e Ana Júlia é possível observar a importância de estarem inseridas no âmbito escolar, de sentirem pertencentes à comunidade escolar, visto que a trajetória escolar delas perpassa pela exclusão que as marginalizou. Porém, mesmo nesse cenário de enfrentamento das desigualdades, elas são mulheres que lutam por seus direitos e têm ensinado à instituição e comunidade escolar as suas formas de enfrentamento e resistência. A escola pode ser um lugar de experiências que valham a pena para as crianças e suas famílias, um espaço que contribui para a formação de identidades positivas e afirmativas. Porém, a luta pela igualdade nas condições de permanência na escola é ainda o grande desafio do sistema educacional brasileiro.

A pesquisa de campo foi realizada com duas famílias que fazem parte da ocupação Antonieta de Barros e que têm seus filhos matriculados na Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso. A análise das entrevistas demonstrou que é de suma importância romper com o distanciamento entre a escola e a cidade e ao mesmo tempo propor que a escola comece dialogar com o seu entorno e principalmente conheça o território onde está inserida e os saberes que produzem.

Acreditamos que alcançamos nosso objetivo de conhecer as famílias da ocupação Antonieta de Barros e promover ações que possibilitassem o estabelecimento de laços com a comunidade escolar as famílias passaram a ser mais solicitadas nos eventos escolares, foram convidadas a participarem da construção do Projeto Político Pedagógico e de outras ações no cotidiano escolar. Destacamos a formação do grupo de pais, espaço em que as mães da ocupação participam junto às professoras e outras famílias e têm mostrado suas habilidades e experiências com a luta por direitos. A partir dessas interações, as famílias parecem enxergar oportunidades para avançar no futuro e é exatamente neste momento que a escola se organiza para se unir num objetivo comum: a qualidade da educação. Como detentora das técnicas de ensino e do conhecimento, a escola

precisa ter a iniciativa de aproximar as famílias, envolvendo-as em atividades realizadas na escola e na comunidade, orientando-as e fortalecendo um trabalho de parceria.

5. REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O Que é Educação**. 21ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

BRASIL. **Lei n. 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei n. 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943, a Lei n. 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei n. 12.662, de 5 de junho de 2012. Brasília, DF. [2013] Disponível em <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/312561592/lei-13257-16>. Acesso em: 07 maio 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, dez. 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **A Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#infantil>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. [2010]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4858-orientacoes-curriculares-ed&Itemid=30192. Acesso em: 08 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Emenda Constitucional n. 59, de 11 de novembro de 2009**. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 12 nov. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 08 abr. 2019.

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil**. Maringá (PR): Unicesumar, 2013.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues; PAIXÃO, Lea Pinheiro (Org.). **Educação, Diferenças e Desigualdades**. Cuiabá: EDUFMT, 2006.

PELOSO, Franciele Clara. Infância e crianças: contribuições da teoria histórico-cultural de Vigotsky para compreender a criança como sujeito histórico e social. *In*:

XI CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE, 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUC-PR, 2013. Disponível em http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/7816_5530.pdf. Acesso em: 07 maio 2019.

Anexos

Roteiro de Entrevista:

Nome do entrevistado _____

Possui renda: _____ Número de filhos: _____

Quantas pessoas residem em sua casa: _____

Reside com cônjuge e/ou pai dos (as) filhos (as): _____

Sua ocupação: _____

Há quanto tempo reside na moradia: _____

1. Conte um pouco sobre sua história. Qual sua origem? Cidade natal, onde morou?
2. Já viveu em outra ocupação? Como você chegou a atual ocupação?
3. Como é o bairro onde vive? (descrever)
4. Como vocês se organizam para conseguir ter moradia? Onde vocês atuam?
5. O que este envolvimento por ter direito a uma moradia acrescenta a vocês?
6. Você estudou até qual idade? Como era a escola que você estudou?
7. Como vocês chegaram na EMEI Paraíso?
8. Como você se sente ao chegar na escola? Descreva como é recebido.
9. Você é convidado (a) a participar de atividades como festas, reuniões, palestras e outros eventos? Quais atividades você mais frequenta?
10. Você tem liberdade de ir a escola quando deseja?
11. O que você vê de qualidades e defeitos da escola? O que poderia melhorar?
12. O que você espera da escola?
13. Você acha que a escola está aberta às famílias? Como?

14. Você acha que a escola deveria promover outras ações que envolvessem a família? Como e quais?

Entrevista com duas professoras que receberam em sua sala de aula crianças que moram na ocupação Antonieta de Barros.

1- Como foi a chegada das famílias da ocupação Antonieta de Barros a escola?

- 2- As crianças que já estavam na escola excluíram os novos alunos no ambiente escolar?
- 3- Como você recebeu este aluno em sua sala?
- 4- Qual foi a sua primeira impressão?
- 5- Os alunos se enturmaram rápido com as outras crianças?
- 6- Como é o seu relacionamento com essas famílias? Tem alguma dificuldade?
- 7- Quais os principais desafios e aprendizados com essas famílias?
- 8- Como as famílias da ocupação Antonieta de Barros se apresentam na escola?
- 9- Como vem sendo o desenvolvimento desses alunos em sala de aula?
- 10- Qual era a sua expectativa em relação a estes alunos? Ela foi atendida?
- 11- Quais as pontuações que vocês como professora acham necessário fazer.